

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO ALENTEJO

**AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO DOS RECURSOS HÍDRICOS E ENERGÉTICOS
DO APROVEITAMENTO HIDRÁULICO
DE FINS MÚLTIPLOS DO CRATO**

**COMPONENTE D - ESTUDOS AMBIENTAIS
INFRAESTRUTURAS PRIMÁRIAS**



**RELATÓRIO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL
DO PROJETO DE EXECUÇÃO**

VOLUME 4 – ANEXOS

**DT 17 – E.39. LEVANTAMENTO DO PATRÍMONIO
MATERIAL EDIFICADO DA ALDEIA DO PISÃO**

**AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DOS
RECURSOS HÍDRICOS E ENERGÉTICOS DO APROVEITAMENTO HIDRÁULICO DE
FINS MÚLTIPLOS DO CRATO**

**COMPONENTE D – ESTUDOS AMBIENTAIS
INFRAESTRUTURAS PRIMÁRIAS**

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL DO PROJETO DE EXECUÇÃO

ÍNDICE DE VOLUMES

VOLUME 1 - RESUMO NÃO TÉCNICO

VOLUME 2 - RELATÓRIO BASE

VOLUME 3 - PEÇAS DESENHADAS

VOLUME 4 - ANEXOS

APÊNDICES (Ap)

Ap 01 – TUA-DIA

Ap 02 – ENTIDADES CONTACTADAS

Ap 03 - DECRETO-LEI N.º 62/2022, DE 26 DE SETEMBRO

Ap 04 – DECLARAÇÃO DA AdVT

DOCUMENTOS TÉCNICOS (DT)

DT 01 – E.5. REVISÃO DAS NECESSIDADES HÍDRICAS ÚTEIS NO PÉ DA PLANTA

DT 02 – E.10. REVISÃO DAS PRESSÕES POR MASSA DE ÁGUA

DT 03 – E.15. DISPOSITIVO DE TRANSPOSIÇÃO PARA A FAUNA PISCÍCOLA

DT 04 – E.16. PROPOSTA DE REGIME DE CAUDAIS ECOLÓGICOS

DT 05 – E.18. MEDIDAS DE REPOSIÇÃO DA CONTINUIDADE FLUVIAL

DT 06 – E.19. PLANO DE CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DAS GALERIAS
RIBEIRINHAS

DT 07 – E.20. INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DO PROJETO DE EXECUÇÃO, EM
FORMATO SHAPEFILE

DT 08 – E.25. LEVANTAMENTO E O DIAGNÓSTICO DAS PROPRIEDADES

DT 09 – E.26. PROJETO DE LOCALIZAÇÃO DA NOVA ALDEIA

DT 10 – E.27. SISTEMA DE INDEMNIZAÇÕES DAS ÁREAS A EXPROPRIAR

DT 11 – E.29. PLANO DE COMPENSAÇÃO DAS QUERCÍNEAS

DT 12 – E.30. PROGRAMA DE DESARBORIZAÇÃO E DESMATAÇÃO DA
ALBUFEIRA DO PISÃO

DT 13 – E.31. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL

DT 14 – E.34. PROJETO DE INTEGRAÇÃO PAISAGÍSTICA DA BARRAGEM E
ALBUFEIRA DO PISÃO

DT 15 – E.36. PLANO DE CONTROLO E GESTÃO DAS ESPÉCIES VEGETAIS
EXÓTICAS INVASORAS

DT 16 – E.38., E.41., E.42. MITIGAÇÃO, CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO
PATRIMONIAL

DT 17 – E.39. LEVANTAMENTO E BREVE ESTUDO HISTÓRICO-
-ANTROPOLÓGICO DA ALDEIA DO PISÃO

DT 18 – E.49. PLANO DE CONTROLO DE VETORES

DT 19 - E.53. PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento **DT17 – E.39. Levantamento e breve estudo histórico-antropológico da aldeia do Pisão** - corresponde ao solicitado no **Elemento 39** dos Elementos a apresentar em sede de Projeto de Execução e de Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto Execução (RECAPE) da DIA (Declaração de Impacte Ambiental) do Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos (AHFM) do Crato.

“ELEMENTO 39 – Levantamento, para a aldeia do Pisão, do património material, edificado mais relevante, que permita perceber a evolução e estrutura do povoado, mas igualmente um registo detalhado do património imaterial, tradições, memórias, saberes, propondo-se a elaboração de pesquisa histórica e antropológica, descrições, recolha de registos fotográficos, levantamentos topográficos e recolha de eventual espólio material e imaterial.”

**DT 17 – E.39. LEVANTAMENTO E BREVE ESTUDO HISTÓRICO-ANTROPOLÓGICO DA
ALDEIA DO PISÃO**

ÍNDICES

TEXTO	Pág.
1 INTRODUÇÃO	1
2 METODOLOGIA.....	2
3 TRABALHO PRODUZIDO	4
4 CARACTERIZAÇÃO DO POVOADO	6
5 DAS ORIGENS AO APOGEU.....	9
6 ESTRUTURA SÓCIO-ECONÓMICA	11
7 OS USOS E COSTUMES NAS MEMÓRIAS DE UM POVO	16
7.1 CONSIDERAÇÕES.....	16
7.2 ACTIVIDADES RELIGIOSAS NO QUOTIDIANO.....	16
7.3 AS FESTAS RELIGIOSAS E PROFANAS, ACTIVIDADES RECREATIVAS E TRADIÇÕES LOCAIS	16
7.4 NASCIMENTO, CASAMENTO E MORTE	20
7.5 VESTUÁRIO E CALÇADO	20
7.6 SABERES LOCAIS SOBRE O EDIFICADO E OS SEUS USOS.....	21
7.7 SABERES LOCAIS SOBRE GASTRONOMIA E PRATOS TÍPICOS	23
8 RESISTÊNCIAS E MUDANÇAS.....	25
9 BIBLIOGRAFIA E FONTES DOCUMENTAIS	27
9.1 ARQUIVO DISTRITAL DE PORTALEGRE	27
9.2 MONOGRAFIAS E PERIÓDICOS.....	27

QUADROS	Pág.
Quadro 4.1 – Inventário do trabalho produzido.	4

ANEXOS

ANEXO 01	– Dossier fotográfico do Património edificado
ANEXO 02	– Dossier do espólio «recolhido»
ANEXO 03	– Dossier documental
ANEXO 04	– Materiais de campo

- ANEXO 05** – Dossier dos inquéritos realizados
- ANEXO 06** – Dossier das transcrições das entrevistas
- ANEXO 07** – Escritos e recolhas de João Farinha
- ANEXO 08** – Dossier dos levantamentos ortofotogramétricos

1 INTRODUÇÃO

O presente documento corresponde ao solicitado no Elemento 49 dos Elementos a apresentar em sede de Projecto de Execução e de RECAPE da DIA (Declaração de Impacte Ambiental) das Infraestruturas Hidráulicas Primárias do Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos (AHFM) do Crato.

39 - " Levantamento, para a aldeia do Pisão, do património material, edificado mais relevante, que permita perceber a evolução e estrutura do povoado, mas igualmente um registo detalhado do património imaterial, tradições, memórias, saberes, propondo-se a elaboração de pesquisa histórica e antropológica, descrições, recolha de registos fotográficos, levantamentos topográficos e recolha de eventual espólio material e imaterial."

Antecedida pela enunciação da metodologia empregue, faz-se uma breve análise dos dados recolhidos, sólidos o suficiente para permitir diagnosticar e caracterizar as arquiteturas e construções do povoado, assim como obter um fio condutor da sua História, compilando memórias, pertenças e identidades pessoais e comunitárias que se entrecruzam para nos aproximar dos modos de vida de um passado recente, em particular do segundo e terceiro quartel do século XX.

Após a caracterização dos dados (da Aldeia), apresenta-se o resultado desse levantamento, os materiais empregues na sua obtenção e os registos históricos, documentais, materiais e fotográficos coligidos. Eles contêm informação relevante sobre a população e as suas perceções do passado. Por insignificantes que possam ser, são os valores e memórias desta gente.

2 METODOLOGIA

Como em qualquer domínio científico, as formulações teóricas (vd. Schiffer, 1988, p. 462) que realizaremos ao longo do corpo de texto, em jeito de caracterização do levantamento efetuado, não têm na sua matriz a presunção de verdade. São um mero esforço de aproximação à realidade histórica e antropológica, inevitavelmente de carácter interpretativo e sempre sujeitas a revisão ou desconstrução (vd. Popper, 1999, p. 25). O processo, os métodos de recolha, as questões colocadas, assim como a subjetividade das formulações são passíveis de desconstrução e de uma «discussão racional e produtiva» (vd. Popper, 1999, p.57). Revelar a metodologia empregue, torna-se, por isso, fundamental.

A metodologia utilizada no levantamento dos dados aqui apresentados pressupôs uma perspetiva de análise que privilegia a abordagem da etnotecnologia e da investigação qualitativa (Bogdan & Biklen, 1994). O levantamento objectivou, por isso, a observação e integração com a população local (Bell, 1993). Para isso, o processo de recolha passou, em primeiro lugar, pelo emprego de um programa de observação participante e observação passiva (aplicada especialmente aos testemunhos patrimoniais imóveis). Em seguida, foram realizadas entrevistas a alguns elementos da população local e realizado um inquérito online, através da plataforma Google Forms, que contou com a participação de atuais e antigos habitantes. Todo este processo foi guiado pelos pressupostos metodológicos preconizados por Lüdke & André (1986). Quase sempre de forma paralela, foram feitas pesquisas documentais, «recolhas» de espólio material e levantamentos ortofotográficos e fotográficos da aldeia.

Durante todo o processo de recolha, sumarizado nos capítulos seguintes, procurou-se não só dar a conhecer a realidade objeto de estudo, mas também representar as perceções da população estudada. Em consequência, a obtenção e recolha do significado para a população de alguns eventos foi uma das metas a alcançar (Bogdan & Biklen, 1994).

Deste modo, constituíram-se como eixos principais de recolha:

- Levantamento fotográfico, geral e de pormenor, de todo o edificado vinculado com a aldeia.
- Levantamento fotogramétrico da aldeia com recurso a drone, permitindo obter uma representação gráfica geral e de alguns pormenores das arquiteturas existentes.
- Realização de um questionário, impessoal e confidencial, de preenchimento online, com questões fechadas, abertas e, marginalmente, dependentes.
- Realização de entrevistas à população local, com base num pré-guião aberto, cujas questões formuladas tiveram como objetivo o desenvolvimento de um discurso espontâneo e livre, com afetação a vários atores culturais e sociais participantes e conhecedores da memória coletiva e das dinâmicas locais. O enquadramento metódico das entrevistas pretende obter uma amostragem correspondente a um

amplo registo de memórias relativas às estruturas objeto de estudo, facultando dados que dificilmente seriam acessíveis através da simples abordagem por questionário.

- Pesquisa documental feita através da consulta do Arquivo Distrital, de livros e publicações sobre o concelho do Crato e as temáticas abordadas, bem como pela análise das memórias e escritos coligidos por um dos habitantes.
- Recolha fotográfica de espólio (fotografias e objetos) de alguns dos atuais e antigos habitantes.

Com estes elementos, pretendeu-se:

- Caracterizar arquitetonicamente o objeto de estudo;
- Obter dados que permitam ilustrar a memória coletiva, tradições orais (nomeadamente, histórias passadas de geração em geração), bem como as representações e imaginário que lhes são inerentes.
- Conhecer, aproximar-se, o fio cronológico do objeto de estudo.
- Enquadramento histórico e sócio/económico.
- Usos e atividades desenvolvidas no objeto de estudo e/ou beneficiando destas.
- Resistências e mudanças (fases de construção/reconstrução/abandono e respetivos processos, motivações, cronologia, etc).

3 TRABALHO PRODUZIDO

O levantamento do património material e imaterial do Pisão, consubstanciado numa pesquisa histórica e antropológica, resultou numa série de descrições, de registos fotográficos e escritos, de inquéritos, entrevistas e documentos.

No quadro seguinte sistematiza-se e quantifica-se o trabalho produzido, enunciando o reproduzido no presente relatório. Nem todos os itens foram reproduzidos no relatório: (1) por não se considerar pertinente (como fotos de naturais noutras localidades); (2) por se considerar redundante (como fotos de casas ou parte delas); ou, (3), por não se ter conseguido transcrever todo o material das entrevistas. Remete-se para o estudo monográfico, a finalização deste processo, com o tratamento dos dados em falta.

Quadro 4.1 – Inventário do trabalho produzido.

Inventário do Trabalho Produzido					
Tipo	Suporte	Produção	Âmbito	Conteúdos	Reprodução
Fotografia	Ficheiro JPG	1 173 itens	Património material (edificado)	Fotografias de enquadramento da Aldeia, ruas, habitações, edifícios e estruturas públicas/comunitárias, hortas e currais, escola do Monte da Velha e Igreja e cemitério de N.ª Sr.ª das Mártires; gerais e de pormenor	75 itens
Fotografia	Ficheiro JPG	142 itens	Património material (espólio)	Fotografias antigas de ca. 1920 – ca. 1990 da aldeia e habitantes, panfletos e fotografias actuais de objectos antigos (louças, utensílios e espingarda)	103 itens
Documento	Ficheiro JPG / inventário	JPG: 5 itens; Inventário: 66 itens	Pesquisa histórica	Testamentos, fianças, inventários, escrituras de vendas e sentenças de abolição de vínculo	5 itens (28 folhas)
Inquérito	Ficheiro PDF	23 respostas	Pesquisa histórico-antropológica	Dados pessoais, origem e caracterização social e geográfica, caracterização da aldeia: população, economia, religião, profano, costumes e tradições, saberes locais sobre o edificado e os seus usos, sobre gastronomia e pratos típicos	23 respostas (formato tabela)

Inventário do Trabalho Produzido					
Tipo	Suporte	Produção	Âmbito	Conteúdos	Reprodução
Entrevista	Ficheiro AAC	25 itens: 10 entrevistas, 10 participantes, 11h17m57s	Pesquisa histórico-antropológica	Dados pessoais, origem e caracterização social e geográfica, caracterização da aldeia: população, economia, religião, profano, costumes e tradições, saberes locais sobre o edificado e os seus usos, sobre gastronomia e pratos típicos	10 itens: 4 entrevistas, 7 participantes, 05h06m41s (texto)
Documento	Papel	10 itens	Recolha de memórias	Apontamentos e memórias sobre o Pisão, a sua vida e acontecimentos da área	10 itens
Ortofoto	Ficheiro PDF	9 itens	Património material (edificado)	Projecção ortogonal da Aldeia e de alguns dos seus elementos arquitectónicos	9 itens
Vídeo (entrevista)	Ficheiro MP4	Entrevista, 4 participantes, 37m	Pesquisa histórico-antropológica	Dados pessoais, origem e caracterização social e geográfica, caracterização da aldeia: população, economia, religião, profano, costumes e tradições, saberes locais sobre o edificado e os seus usos, sobre gastronomia e pratos típicos	4 participantes

4 CARACTERIZAÇÃO DO POVOADO

À parte dos montes alentejanos (Moutinho, 1979, p. 117), um dos traços essenciais do povoado alentejano é a sua concentração na paisagem, manifestada sob a forma de um aglomerado de casas muito denso (Pereira, 2010, p. 61). No Pisão este predicado só em parte é cumprido. Se há um continuum de casas, ao longo de uma área reduzida. Esse expressa-se de forma algo extensiva, ao longo da ribeira da Seda, com uma área central, de aglomeração, entre a ribeira e a encosta, a N/NE.

Este núcleo central corresponderá a uma fase de grande expansão da aldeia, com várias construções adentro do século XX, inclusive nos seus meados. Esta zona assumiu-se, pelo menos a partir dessa fase, como o centro, na qual se localizam os serviços essenciais ao quotidiano.

Situada na margem esquerda da ribeira da Seda, encontrava-se rodeada por extensas herdades dominadas por um sistema de exploração extensivo, conhecido por montado, que conjugava a pecuária, agricultura e silvicultura. O acesso por estrada fazia -se por Norte, por uma estrada municipal com ligação à nacional que liga o Crato e Portalegre.

A aldeia do Pisão é, assim, composta por um conjunto habitacional e rural que corresponde nas suas formas básicas aos princípios dos sistemas tradicionais de construção. Ela corporiza «um produto imediato das relações do Homem com o meio natural que o rodeia» (Oliveira e Galhano, 2003 [1992], p.13). Na construção dos vários edifícios empreenderam-se técnicas, materiais e soluções vinculadas com a paisagem.

As construções resultam, essencialmente, de uma emanção empírica, corpo de uma arquitetura vernácula, que deve as suas «formas e sentido a práticas afinadas, apuradas e depuradas ao longo de gerações» (Ribeiro, 2008 [2010], p.30).

Este teorema traduz-se num aglomerado urbano de ruas sem ordenamento planeado, corporizado num casario típico alentejano, na sua maioria de um pavimento, com paramentos em pedra, de grande espessura, com uma porta (baixa) e uma a duas pequenas janelas (ou vãos) com telhados de telha mourisca, em duas águas, onde «domina» a chaminé larga, observando-se, ainda, algumas reconstruções de diversas tipologias e cronologias, principalmente dos anos 1950 em diante, com materiais mais recentes (tijolo, cimento, etc.) e paredes mais finas.

A maioria das casas, pelo menos no centro da aldeia, encontram-se bem mantidas, notando-se até um certo brio na sua manutenção, apresentando-se caiadas e pintadas (maioritariamente nas cores amarelo torrado e azul). Na sua maioria, são casas geminadas, cuja entrada abre diretamente para a rua, muitas vezes com degraus de entrada, tendo os seus quintais nas traseiras.

Como se disse, a aldeia atingiu o seu máximo de expansão circa de 1960, seguindo-se, fruto da emigração interna, um rápido declínio da população nas décadas de 1960 e 1970. Das décadas mais recentes (1980 em diante), registam-se, em parte das casas, algumas alterações às fachadas, bem como a algumas das casas, por vezes com reconfigurações massivas. Na aldeia, em particular no designado «Pisão Velho» ou «Povo de Baixo», existem casas arruinadas.

Para além das habitações, atualmente, observam-se três fontes. Uma das fontes, a Fonte Pública, localiza-se na zona onde se construiu o novo parque infantil. Tem duas bicas de água potável, que ainda hoje é utilizada para os mais diversos fins. A fonte nova é de instalação mais recente, com apenas uma bica, estando localizada junto à ribeira, no local onde existe também um lavadouro público. A fonte bela fica junto ao forno comunitário, perto da entrada da aldeia.

Um pequeno parque de merendas, na realidade composto apenas por uma só mesa e bancos em pedra, localiza-se junto ao poço, ao fundo da rua a que este deu nome. Encontra-se tapado, mas dispõe ainda de uma bomba de água manual.

A aldeia dispõe ainda de um depósito de águas, sanitários públicos, um parque de estacionamento e dois campos de futebol de 5/7, entretanto abandonados. Trata-se de áreas aplanadas, com piso em terra batida e duas balizas que ainda existem, embora os espaços não tenham já condições para a sua utilização. Existe ainda a pequena capela, de construção recente e arquitetura moderna, com um sino para chamar para a oração.

No que respeita a serviços e comércio, existem na aldeia uma mercearia, um café/restaurante e o edifício da Junta de Freguesia (originalmente um café), para além de uma esteticista.

Toda a aldeia é rodeada por zonas de anexos, currais e hortas, com algumas que ainda subsistem, principalmente junto à ribeira onde se obtém um melhor aproveitamento da água. Atravessando a ribeira existe uma ponte: uma que terá sido transitável, mas já em avançado estado de degradação; atravessando o ribeiro que passa no «Povo de Baixo», existem um pontão, constituindo uma pequena ponte de pedra, apenas para atravessamento pedonal. Os terrenos são, na sua maioria cercados ou murados, muitos deles com poços e tanques para lavagens, rega ou outros fins. Existem ainda alguns recintos, junto à ribeira, delimitados por muros de pedra seca, antigas malhadas de porcos, além de várias hortas cultivadas por alguns dos moradores.

Sete ruas constituem as vias de circulação (algumas bastante largas), com dois largos; num deles, outorgando-lhe nome, existe o edifício do antigo Posto Médico - de dimensões modestas e com um pequeno alpendre, hoje desocupado. Neste largo existe um pequeno jardim com mobiliário público, constituído por bancos e candeeiro. As ruas são quase todas alcatroadas e circuláveis por veículo motorizado. Não alcatroadas encontra-se a Rua das Flores, cuja parte final termina em escadaria, e a rua da Ponte (com uma parte, mesial, não

acessível por automóvel). Possui canalização, saneamento e eletrificação e WC's públicos e a capela são as obras públicas mais recentes. Até aí não existiram investimentos públicos.

Em diversas zonas da aldeia se percebe o afloramento rochoso à superfície, inferindo-se a adaptação das vias e acessos e até das próprias casas e construções à topografia natural do terreno, bastante acidentada neste local.

5 DAS ORIGENS AO APOGEU

A povoação do Pisão pertencia até 1893 à freguesia dos Mártires, antigo curato de apresentação do Grão-Prior do Crato. A cabeça da mesma é tomada por uma igreja isolada em honra de Nossa Senhora dos Mártires. Era caracteristicamente uma paróquia rural, que servia, pelo menos desde a sua conhecida fundação quinhentista (Rodrigues e Pereira, 1989, p. 32), as herdades circundantes. A maior era a da Crucieira, cuja área integrava. Tinha (ou terá) cinco capelas, uma delas na Decosta e outra na Zambujeira, mais próximas do Pisão. Em oitocentos contava-se da existência de dois povoados: Pisão e Monte da Velha.

Sobre este ponto, a pesquisa documental revela que a documentação mais antiga a mencionar o Monte da Velha data de 1701, referindo-se a um testamento do Padre Diogo de Almeida. Existem outras ainda de setecentos, como a de 1740, referindo-se a uma obrigação e fiança de Maria Dias, viúva de João Lourenço, à entrega dos menores, seus filhos. Tanto esta como o Pisão não são nomeadas em 1532, na contagem de moradores mandada fazer por de D. João III (Subtil, 2001, p. 229).

No Pisão a mais antiga documentação remonta a 1677, constituindo-se como o testamento de Leonor Carvalho, mulher de Sebastião Dias Pinheiro, que dois anos mais tarde vai mandar fazer o seu testamento, em 1679, no qual estabelece morgado. Pelo que se entende, da breve leitura, detinha alguns bens e propriedades. A esse morgado pertencia em 1721 uma fazenda situada no Monte da Velha, assim o documenta o tombo de capelas e morgados consultado.

À luz dos dados atuais não é possível afirmar a anterioridade de uma aldeia (ou lugar, à época) em relação à outra. Mas essa é a conceção da tradição oral, que João Farinha (habitante do Pisão) relata nas suas memórias sobre o Monte da Velha e o Pisão. Nos mesmos, João Farinha conta-nos que em 1800 funcionava um lagar de azeite na casa conhecida por «de Joaquim Pinheiro» que pertencia à família de nome Carvalho, apelidos dos testadores relatados.

Originário, pelo menos, do século XVII, a tradição conta que o Pisão terá nascido das ruínas conhecidas como piso de lãs, nas margens da ribeira da Seda, na área conhecida por Povo de Baixo. É nessa zona, segundo alguns, ao pé do forno comunitário, que se terão edificado as primeiras casas. Hoje, na sua maioria, em ruína. Num baldio, de terrenos incultos.

Um baldio que se foi cobrindo de casas, algumas contíguas, crescendo pouco a pouco, até passar de um lugar, para uma aldeia, na qual se vão instalando serviços, a modo do crescimento populacional, comum ao país, entre os oitocentos e os meados do século XX. Para o maior crescimento terão contribuído as limitações à construção de novas casas, na vizinha aldeia do Monte da Velha, com a posse privada do baldio circundante, assim como a instalação de alguns negócios, como o do carvão, pela família dos Romãos, que aproveitavam o facto de o Pisão estar rodeado de vários montes com montado de azinho, aonde a população trabalhava.

Este crescimento não foi alheio ao grande incremento populacional na primeira metade do século XX, por via natural, fruto da melhoria de cuidados higiénicos e progressos verificados na medicina, com menor mortalidade, mas também por emigração interna, de aldeias do Crato e concelhos limítrofes. A década de 1960 inverte esta tendência, com a migração em massa, interna, para o litoral e as grandes cidades. inicia-se a sangria populacional, que se prolonga a um ritmo mais lento desde o pós-25 de Abril aos dias de hoje, com cerca de 60 habitantes.

Esta sangria afetou todo o comércio que se desenvolveu em torno da rua Principal e do largo do Povo (atual largo da Fonte). De cerca de 500 habitantes e 150 casas (segundo a memória local) passou-se, segundo os recenseadores do pós-25 de Abril, para 225 habitantes.

No seu momento áureo, os vários comércios eram caracterizados pela sua plurifuncionalidade. O facto de serem taberna era o traço comum. Muitos destes estabelecimentos forneciam outros serviços. Havia a taberna do Ti Farinha, que tinha padaria anexa, gerida por João Farinha. Havia o Café Cumbinha que organizava sessões de música, baile e atividades desportivas. O estabelecimento de Romão Baptista, taberna/mercearia/posto de correio e telefone. O Ti Matias taberna/mercearia que também abriu uma salsicharia. O José Marques sapateiro, que também tinha taberna aberta. O José do Bicho que, além da taberna e mercearia, era barbeiro. Apenas com uma função, havia o Manuel Sapateiro, no Povo de Baixo (numa segunda fase já perto do centro da aldeia), a modista Quitéria, a queijaria Ascensão, o alfaiate Emílio e, ainda, a taberna do Flanela.

A variedade da oferta enunciada evidencia o ponto de crescimento atingido, em particular, nas cercanias do largo do Povo. É nesta zona que o crescimento novecentista da aldeia fica marcado. Em seu resultado, vão aparecendo as primeiras obras públicas, como a canalização de água até ao largo do Povo ou a Casa do Povo/Posto Médico. Por volta de 1960 a aldeia atinge o seu zénite populacional e de vivacidade económica (que não de condições de vida, a melhoria dessas só após o 25 de Abril).

6 ESTRUTURA SÓCIO-ECONÓMICA

A população da aldeia do Pisão, como tantas outras do interior de Portugal, vivia com base numa estrutura sócio-económica simples, assente no sector primário. Trabalhava, na sua maioria nas herdades circundantes, de grande dimensão, com mais de mil hectares (por exemplo, a herdade da Crucieira com mais de 3 mil hectares), que praticavam uma agricultura extensiva, produzindo de tudo um pouco: cultivo de cereais, vegetais, produtos de regadio, lenhas, cortiça, criação de gado (ovelhas, vacas e cabras) e produção de derivados (lã, leite e queijo). O rendimento do trabalho era complementado pela prática de uma agricultura de subsistência, com as suas hortas e um ou outro animal, que nem todos teriam.

Terra pequena, rural e com uma população com elevados níveis de analfabetismo e iliteracia, não tinha escola, tendo as crianças que se deslocar até à aldeia vizinha do Monte da Velha, onde se construiu uma escola na década de 1930, tendo nas duas primeiras décadas de noventaos aí estado radicado um professor, de seu nome Pimentel. Todavia, das entrevistas e inquéritos realizados, da aldeia do Pisão, não há evidência de existir escolaridade na geração anterior a 1930.

Da geração nascida nos anos de 1930-1940, em termos proporcionais, só cerca de um terço dos inquiridos (ou pais) frequentou a escola, a nível básico. João Farinha foi a exceção, pois chegou a fazer o antigo 2º ano, mas só em adulto, enquanto cumpria o serviço militar. Dos filhos desta geração nascidos, grosso-modo, nos anos de 1950-1960, a escolaridade tornou-se um dado adquirido. A escola primária continua a ser no Monte da Velha. Os que depois continuaram a estudar, cerca de metade, continuam os estudos em Portalegre e, no caso dos emigrantes, nas novas localidades de residência. Cerca de 30% dos inquiridos completou o secundário e num caso o grau de licenciado.

Se a escolaridade veio no segundo quartel do século XX, a religião veio atrás. A prática religiosa não fazia parte do quotidiano. Além do nascimento, casamento e da morte, o único elemento de carácter religioso prendia-se com o profano, na celebração da festa em honra de Nossa Senhora dos Mártires. Outras expressões fortes da religião, e de Cristo, como o Natal ou a Páscoa, cingiam-se ao momento de reunião familiar, com pouca expressão celebratória, em particular nos inícios da centúria passada: «a gente não tinha cá Natal, nem Páscoa».

As missas nas Mártires eram raras, basicamente pela festa ou pela morte de alguém. E, mesmo aí, nem todos celebravam a missa em honra dos defuntos. O poder financeiro acompanhava a religiosidade, havia em pouca quantidade. O Estado Novo, através da escola, vai ter o papel de difusão da Igreja e dos seus valores conservadores: Deus, Pátria e Família. Aí a professora, e até um padre, ministram a trilogia perfeita. A base do ensino básico.

Se Deus e Pátria escasseavam no corpus social, sendo coisa para rituais de passagem, como os sorteamentos ou nascimentos, a família era um elemento constante, o núcleo da vida no Pisão. Patriarcal, era carregada às costas pelas mulheres. A sua essência pode até ser

entendida na sua expressão máxima, como referente à comunidade. Além dos vínculos de sangue, na construção da identidade e pertença de cada indivíduo participava a classe, a solidariedade das circunstâncias: «as pessoas trabalhavam de Sol a Sol... Quem tomava conta das crianças naquela altura eram as... como é que hei-de-dizer... era as velhotas, aquelas que já não podiam trabalhar. Ficavam com dois ou três garotos. Outra velha mais dois ou três garotos e era assim que isto funcionava».

Os jovens conheciam-se da própria aldeia, mas também nos eventos sociais como casamentos, batizados, festas e bailes, ou em deslocações ao exterior. Os namoros iniciavam-se na adolescência e casava-se cedo, no máximo na casa dos vinte. Habitualmente, os casais tinham três ou quatro filhos, com algumas exceções que chegavam a ter oito ou nove.

Nesta zona, cultivava-se ou aproveitava-se o trigo, milho, aveia, centeio, cevada, tramecilha, azeitona, bolotas (Ribeiro, 1945). Nas hortas (nas próprias herdades ou em hortas domésticas), havia, consoante a época do ano, alguns legumes como batata, cebola, alho, feijão, couves, abóbora, grão, fava, nabiça, etc. Fruta não havia muita, mas cultivavam-se melões e tomate.

A maioria do trabalho nos campos era feito manualmente, com ferramentas como enxadas, picaretas, pás, machados e arados. Para arar a terra havia charruas puxadas por vacas e mulas e, mais tarde, tratores.

Nas herdades maiores eram usados animais de apoio – burros, mulas, vacas ou bois. A força animal era usada para facilitar muitas das tarefas diárias. Mas também se criavam animais para produção de leite, queijo e carne - vacas, porcos, ovelhas e cabras.

Já na aldeia, havia criação de alguns animais tais como porcos, vacas, galinhas, cabras, ovelhas, patos, perús e coelhos, que forneciam carne, leite e ovos. Não obstante, a maioria do leite e dos queijos consumidos, não seriam de produção própria, mas sim comprados.

Observa-se, assim, uma estrutura sócio-económica de subsistência, onde cada núcleo familiar, para além de trabalhar nas produções das grandes herdades, teria a sua própria horta e criação de animais (essencialmente galinhas, coelhos e um porco), subsistindo através dos seus produtos e vendendo ou trocando o excedente (a existir...).

Poucas pessoas não teriam meios de subsistência próprios, mas muitas passariam grandes dificuldades.

Ao longo dos tempos, destacaram-se algumas famílias notáveis, pela criação de postos de trabalho. É o caso de duas famílias (Romões), em que dois originários da Urra, casados com duas irmãs do Pisão, criaram um negócio de intermediação agrícola que teve algum impacto na criação de empregos para a população local, nas décadas de 40 e 70 do século XX. Os negócios foram essencialmente ligados à produção de lenha, carvão e fabrico de queijo.

Eram ainda essenciais na subsistência os produtos da azinheira: a lenha e a bolota, alimento essencial para alimentação do porco. Para tal, todos os anos era feita a limpeza das árvores, cortando-se os ramos para que a árvore ficasse mais forte e aproveitando-se os mesmos para lenha para as lareiras, vendida depois a empresas ou particulares e usada para aquecimento ou produção de carvão (para cozinhar). A produção de carvão seria feita em fornos onde a madeira ficava a queimar durante mais de um mês. Da rama fazia-se picão para as braseiras.

Até aos anos 80 do século XX, a caça também era abundante, permitindo à população diversificar a alimentação e melhorar as suas refeições. Havia muitos caçadores, alguns até profissionais, servindo o produto da caça (essencialmente lebres, coelhos e perdizes) como fonte de rendimento. Também havia alguma pesca na ribeira, geralmente aos fins de semana, nomeadamente de carpas, que depois eram fritas ou usadas para sopa.

As atividades económicas da aldeia passavam ainda pela existência de alguns estabelecimentos comerciais e ofícios essenciais. Nos meados do século XX existia já a padaria e várias tabernas, chegando a ser sete, por volta de 1960, como atrás se enunciou. Para além destas, o comércio local contava de três mercearias, uma padaria, dois (ou mais) sapateiros, dois barbeiros e uma salsicharia, que em vários casos funcionavam no mesmo espaço (ou anexo) às das tabernas. Hoje, encontra-se reduzido a um café/restaurante e uma mercearia.

A venda ambulante era também uma atividade muito relevante para a população do Pisão, permitindo adquirir esporadicamente produtos que não eram produzidos localmente. Havia um latoeiro que vinha por vezes à aldeia e também um peixeiro, que vinha do Crato. Alguns feirantes individuais vinham também à aldeia, geralmente ao sábado, vender os seus produtos: vestuário, louça e utensílios, mas também fruta e hortaliças. Grande parte deste tipo de compras era efetuada nas feiras anuais (geralmente associadas aos ciclos agrícolas), como por exemplo a de Portalegre, a que as pessoas se deslocavam para comprar, mas também vender os seus produtos excedentes.

Como se disse, a grande maioria da população, homens e mulheres, trabalhava na agricultura ou pecuária e pastorícia. As mulheres trabalhavam maioritariamente à jorna e os homens por vezes tinham contratos de trabalho com os proprietários das herdades. Muitos eram trabalhadores «sem patrão fixo», trabalhando nos campos, à jorna, desempenhando tarefas consoante a época do ano: lavravam e semeavam a terra, mondavam e ceifavam, iam para a apanha da azeitona, arrancavam mato, limpavam árvores e faziam lenha, tiravam cortiça, faziam fornos para produzir carvão, desempenhavam funções relacionadas com o pastoreio e a ordenha e outros trabalhos que surgissem. Por vezes passavam a semana fora de casa e o pagamento era semanal e em dinheiro. Todas as tarefas desempenhadas se foram modernizando, ao longo do tempo, passando de trabalhos exclusivamente manuais para tarefas mais mecanizadas.

Outras tarefas também eram desempenhadas, por uma minoria da população: assegurava-se a produção de pão (incluindo a moagem) e o funcionamento das tabernas e mercearias, o trabalho nas minas, os serviços domésticos (incluindo pedreiros e cantoneiros), etc.

Algumas famílias passavam temporadas noutros pontos do país, como, por exemplo, nas fábricas do tomate da zona de Torres Novas, com a SIC da Azinhaga do Ribatejo, em busca de oportunidades para adquirir melhores condições de vida.

Virada a década de 1950, este mundo sofre um abalo. A partir dos inícios de 1960, a aldeia do Pisão constitui-se como testemunho de um acelerado e drástico processo de redução das possibilidades de trabalhar a terra, num contexto de reconfiguração do espaço e dos processos de produção, que caracterizam a dinâmica das sociedades capitalistas contemporâneas (Harvey, 2001). O desenvolvimento e concentração de indústrias e serviços no litoral e nos grandes centros urbanos, conjugados com a evolução dos transportes e comunicações, num quadro de elevada globalização, foi decisivo no processo migratório que afetou as zonas rurais, interiores, como o Pisão, transformando-se a agricultura, significativamente a partir dos anos 1980, no sentido da mecanização e/ou na especialização, isto é, na monocultura com objetivos de mercado.

Com uma ou outra existência anterior, a «partir do 25 de abril apareceram máquinas de ceifar que vieram substituir as ceifeiras, os tratores para lavrar a terra que vieram substituir os arados e os animais. A ordenha era feita manualmente, depois com as ordenhadoras».

De forma conjugada, a partir dos fins de 1950, as dívidas acumuladas resultantes de facilidades de crédito, e os baixos preços dos produtos agrícolas, determinaram uma nova crise e o preço da terra começou a baixar (Cutileiro, 1972, p. 268). E com isso aumenta o ceticismo quanto ao futuro da agricultura local. Para os trabalhadores e seareiros, o trabalho nas fábricas, a migração e a emigração parecem ser as soluções mais óbvias (Idem, 1972, p. 269), em busca de empregos que proporcionavam a estabilidade e a remuneração intangíveis a quem vivia apenas da agricultura e da pecuária.

A maioria da população do Pisão deslocou-se para a Marinha Grande, Lisboa, Alenquer, Almada, Setúbal, Caldas da Rainha ou Carregado. Eram quase sempre jovens na casa dos 20, mas também na faixa etária dos 40/50 anos, tentando a sorte sozinhos ou, na maior parte dos casos, levando consigo as respetivas famílias. Esta emigração, em busca de melhores oportunidades noutros pontos do país, teve também consequências drásticas para quem ficou e para quem tinha os seus estabelecimentos comerciais e negócios na aldeia, vendo os fregueses e as oportunidades de negócio diminuir drasticamente.

Terra esquecida, ao longo de décadas, pelos poderes públicos. No Crato dizia-se, quando se referiam a pessoas do Pisão ou Monte da Velha, que eram pessoas dos «matos». Se eram dos matos, viviam «nas pessoas, vizinhos de gente» (Couto, 2008), ostentando um forte vínculo ao coletivo, de pertença e uma identidade local compósita, produto da partilha

generalizada de uma condição assalariada, de laços de parentesco e de uma relação com o divino feita de compromissos entre práticas pagãs e crença religiosa, como refere um dos inquiridos «a população sempre se tentava ajudar uns aos outros e partilhavam o pouco que tinham, para que todos pudessem estar bem». Eram solidários.

7 OS USOS E COSTUMES NAS MEMÓRIAS DE UM POVO

7.1 CONSIDERAÇÕES

«o homem é a medida de todas as coisas»

*formulação atribuída a Protágoras de Abdera (ca. 490 a. C. – ca. 420 a. C.,
in Platão, Crátilo.*

7.2 ACTIVIDADES RELIGIOSAS NO QUOTIDIANO

Sendo Portugal um país marcadamente católico, onde a religião sempre teve um papel fundamental na vida quotidiana das populações, procurou-se perceber o papel da igreja e da religiosidade no quotidiano da população da aldeia do Pisão.

Desde logo, salta à vista que aqui a presença assídua nas cerimónias religiosas não se faria sentir tão marcadamente como em outras povoações. Não existindo na aldeia uma igreja, mas apenas uma capela, de construção recente e sem missa regular (exigida pelos seus habitantes), a Igreja mais próxima situava-se a cerca de 6km, nas Mártires. A distância seria uma das razões pelas quais a maioria dos moradores refere que só assistia à missa em dias de festa, funerais e casamentos: «as pessoas tinham que ir a pé e atravessar o ribeiro do Monte da Velha, que por vezes de inverno estava cheio, pois não existia meio de transporte». Mesmo nos dias especiais, em que o Padre ia celebrar a missa, diz-se que a maioria da assistência seria constituída por mulheres. O mesmo aconteceria na missa que era realizada no Pisão por altura da Festa das Mártires, uma vez por ano. Muitas famílias aproveitavam estas alturas para também realizarem os batizados.

7.3 AS FESTAS RELIGIOSAS E PROFANAS, ATIVIDADES RECREATIVAS E TRADIÇÕES LOCAIS

Tão importante quanto os ritos religiosos no quotidiano das comunidades são os momentos de lazer proporcionados por festas e tradições, religiosas e profanas, que cimentam os contactos familiares e sociais.

Tal como em tantas outras aldeias do interior, dizem os moradores que no Pisão as tradições se foram perdendo com o tempo, em parte devido ao êxodo da população para outras regiões.

Diz-se também que no São João se saltava à fogueira e que na passagem do ano havia por vezes festejos com tiros de caçadeira e até, em anos mais recentes, fogo de artifício na aldeia. Havia ainda as festas anuais do Pisão, para além de se comemorar também o Natal, a Páscoa e o Carnaval.

De todos os momentos festivos do ano, a Festa da Senhora das Mártires, realizada em Maio na Igreja homónima, que pertenceu à Freguesia das Mártires até finais do século XIX, seria a

mais importante. Esta festa tinha a duração de três dias e era uma altura aproveitada por todos para diversão e convívio.

No primeiro dia, sábado, «a banda filarmónica do Crato tocava pelas ruas da aldeia acompanhada por quatro pessoas que levavam uma colcha para quem quisesse deixar um donativo à Nossa Senhora das Mártires. Algumas casas também elas colocavam nas janelas uma colcha a saudar a banda». Depois a população dirigia-se à Igreja e realizava-se a missa. Havia uma tradição de, nesse dia, se comer uma merenda ou fazer um piquenique junto à Igreja, no campo circundante, debaixo do azinhal. Vendiam-se fogaças, que eram depois oferecidas à Nossa Senhora das Mártires e aos festeiros. À tarde seguia a procissão à volta da Igreja, durante a qual as pessoas pagavam as suas promessas. A noite era passada já no Pisão, entre música, baile, comida e bebida. No segundo dia, domingo, continuavam os festejos, sendo a manhã preenchida com jogos realizados no Pisão: «corrida do cântaro meio de água» (em que participavam as mulheres), gincana de bicicletas, «corrida de sacos» (em que os jogadores participavam com as pernas dentro de um saco de sarapilheira) e uma corrida para rapazes, de ida e volta, entre a aldeia do Pisão e a estrada nacional (cerca de 6kms). Havia ainda o jogo da malha, o jogo do tiro ao prato, o jogo do galo e, a seguir ao almoço, o jogo de futebol entre os casados e os solteiros. No resto do dia haveria ainda música, baile, comidas e bebidas, não sendo raros os casos em que se cometiam alguns excessos.

As restantes festas (Natal, Páscoa, São João e Entrudo) seriam momentos mais voltados para a família, de cujas tradições pouco ou nada resta.

O Natal era passado em família. Não havia muita fartura, mas nesta altura cozinhava-se na lareira e comia-se carne de peru e de galinha e, mais tarde, bacalhau. Confecionar as guloseimas de Natal, nomeadamente as filhós e as azevias, muitas vezes durante a noite, fazia parte integrante dos festejos e do convívio. Esta tarefa recaía sobre as mulheres enquanto os homens, geralmente, jogavam às cartas e «os doces iam sendo provados no meio de conversas, piadas e brincadeiras». Mais tarde, a população ia de casa em casa «cantar ao menino Jesus» e provar as filhós.

Aos mais pequenos, o Menino Jesus trazia presentes simples (um chocolate ou pequeno brinquedo) que colocava no sapatinho, que era deixado pelas crianças na lareira.

No Entrudo faziam-se bailes no salão da antiga Junta de Freguesia. Também havia muitas partidas feitas às moças solteiras: «quando as apanhavam distraídas mandavam água para as molharem, mascarravam-nas com carvão ou óleo dos carros, abriam as portas das casas e atiravam latas velhas com cinza e cacos de loiça para fazerem barulho e assustar». Também se pregavam muitas outras partidas às portas das pessoas. Também se enterrava o Entrudo, com alguém que fazia de morto e outro de padre, encenando-se o funeral para passar a mensagem da finitude do Carnaval.

Também se festejava no Pisão o São João. No largo da aldeia chegaram a realizar-se as marchas populares. Também se apanhava rosmaninho e faziam-se postes enrolados em ervas. As pessoas mais velhas da aldeia faziam uma boneca e um boneco, com o corpo e roupa feitos em papel, e o interior composto por bombinhas. À meia-noite queimava-se a boneca e o boneco e as moças solteiras «tinham que estar atentas porque o primeiro nome que ouvissem chamar de homem diziam que era o nome da pessoa com quem iam namorar». Havia também a tradicional fogueira para saltar.

A Páscoa terá sido sempre um pouco desvalorizada por se realizar numa altura já próxima da festa da aldeia, mas reunia-se a família. Há quem relate que havia sempre missa e o padre ia de porta em porta para dar a cruz a beijar às pessoas e pedir as amêndoas. Assim como, haveria a tradição das madrinhas oferecerem aos afilhados o foliar e os afilhados oferecerem às madrinhas as amêndoas.

O sorteamento era um momento marcante na Aldeia. Ele pode ser lido como um ritual de passagem. Os jovens adultos iam «tirar as sortes para ir para o serviço militar», isto é, iam à inspeção médica, para prestar serviço militar, no edifício dos Paços do Concelho, em Julho (PURIFICAÇÃO, 2000, p.263). Este era entendido como um dia de festa. Pelo menos até aos anos de 1960... Tanto era assim que, como mostram várias fotografias da década de 1950 iam «engalanados», nos seus melhores fatos e calçado, tomando o dia como de festa, havendo baile à noite, «que pagavam os sorteados», cantavam e com um acordeonista iam de tasca em tasca. Naquele dia arranjavam ainda uma pandeireta, «um artigo de música, assim redondo, feito em lata e tinha assim umas palhetas no meio que aquilo fazia uma vibração, fazia um toque».

Em todas estas festas e momentos de celebração, a música era uma constante. Dizem os moradores que, por vezes, bastava que se juntassem alguns jovens na rua para que alguém comesse a tocar uma gaita de beijos, concertina ou acordeão, havendo logo quem se dispusesse a dançar, quer fosse na rua ou no terraço do atual edifício da Junta de Freguesia.

Dizem os moradores que os cantos eram feitos à desgarrada e que havia nas tascas ou tabernas (onde muitas vezes os homens se reuniam para jogos de cartas ao final do dia de trabalho), fados e música popular, acompanhados de concertina, acordeão ou gaita de beijos. Muitas vezes se geravam também bailaricos espontâneos no meio destas cantorias, que duravam até os músicos se enfadarem, sendo frequentados por pessoas de todas as idades. Geralmente, estes momentos aconteciam ao Domingo, pois o Sábado seria, até ao 25 de Abril, um dia de trabalho.

Chegou a existir também um rancho folclórico na aldeia.

Por outro lado, haveria ainda muitos outros momentos de convívio e partilha ao longo do ano, que variavam consoante as estações, pois a vida quotidiana estava bastante condicionada pela luz do dia e pelo clima. Por norma, os dois elementos do casal trabalhavam no campo,

mas as mulheres ocupavam-se também da lida da casa e os homens aproveitavam mais momentos de convívio fora de casa, geralmente nas tabernas – chegaram a existir sete tabernas na aldeia. No Inverno o tempo livre, ao serão, era geralmente passado em família, à lareira, devido ao frio e aos dias mais curtos. As mulheres aproveitavam para fazer rendas e pintar loiças, também se jogavam cartas e dominó. No Verão, quando fazia muito calor, havia momentos de convívio e conversa entre vizinhos, pois o tempo era passado na rua, por vezes à porta ouvindo música da rádio.

Ao Sábado havia muito movimento na aldeia, entre as tabernas e mercearias. As tabernas mais populares seriam a do vizinho Romã Batista; a do José Bicho, que ficava na entrada da aldeia; a do Tio Farinha, que ficava no centro da aldeia em conjunto com a Padaria, que hoje em dia é o café Principal e único da aldeia; a taberna e mercearia do Tio Matias Lacão, que se situava perto do agora parque infantil; e o café chamado o do Chumbinha, onde se faziam festas e bailaricos no terraço e no primeiro andar, que posteriormente foi uma Cooperativa, onde é hoje o edifício da Junta. Muitas vezes estes espaços comerciais concentravam em si todos os propósitos: eram taberna, mercearia, telefone público e posto de correio, como no caso da do Romão Baptista. O correio era entregue por um carteiro que vinha à aldeia de bicicleta. Nessa ocasião, os moradores reuniam-se no largo para receber a sua correspondência.

Muitas vezes havia jogos que ocupavam os tempos livres, de pequenos e graúdos: a macaca, o fincão (um jogo «de rapazes» em que cada jogador utilizava um pau afiado de cerca de 50cm), o peão, o caracol, a cabra cega ou as escondidas ocupavam os mais novos; enquanto os mais velhos se entretinham com o chinquilha, cujo objetivo era deitar os pinos abaixo; o jogo do belho, em que se deitavam os belhos abaixo; e o jogo do burro, em que se tinha de acertar com moedas nos locais apropriados. Jogava-se também futebol e, mais recentemente, matraquilhos.

Também se pescava na ribeira e existia um forno comunitário onde, sobretudo mais antigamente, se fazia pão, bolos, assados, etc.

Outros momentos culturais, de lazer e diversão, seriam proporcionados por espetáculos itinerantes. Até à década de 70 do século XX passava todos os meses pela aldeia a biblioteca itinerante da fundação Calouste Gulbenkian e até um pequeno circo que foi algumas vezes ao Pisão, montando o seu espetáculo no largo da aldeia. Existiu também um cinema ambulante, «em que eram colocados uns panos na parede do primeiro andar do edifício da atual Junta, onde projetavam os filmes e cada um levava a sua cadeira para marcar lugar e era assim que o Povo ia ao cinema».

7.4 NASCIMENTO, CASAMENTO E MORTE

Numa aldeia onde não existia nenhum médico e os transportes eram escassos, as gravidezes não eram medicamente assistidas e os partos seriam, maioritariamente, feitos em casa. Tal como em tantas outras aldeias, existiria no Pisão, pelo menos em alguma altura, uma parteira: geralmente uma mulher mais velha que, mesmo sem formação, se interessava pelo ofício e ia adquirindo experiência prática ajudando nos partos. Em caso de extrema necessidade, as mulheres poderiam recorrer ao hospital do Crato.

Já os casamentos eram celebrações que duravam três dias: a véspera, o dia do casamento e o dia a seguir. A tradição era ir comer a casa da família do noivo e depois a casa da família da noiva. Depois do casamento na Igreja, juntavam-se as duas partes. No dia a seguir ao casamento havia baile, pois todas as ocasiões eram adequadas a um baile e comiam-se as sobras. Outra tradição particular era a corrida das fogaças. Na tarde do casamento realizava-se «uma corrida de pessoas a pé e depois o ganhador da corrida levava um bolo tipo bolo finto, um bolo assim ponto grande», confeccionados no forno comunitário. Os participantes quando acabavam punham um lenço na cabeça, por causa do sol.

Os falecimentos eram também vividos por toda a aldeia. O velório fazia-se em casa, onde se reuniam os vizinhos. Depois era chamado o esquife, que os homens iam buscar à Senhora das Mártires. Colocava-se o defunto no esquife, envolto num lençol, e era depois levado a pé de volta à Igreja, num funeral acompanhado pela população. Na Igreja havia uma missa (mas nem sempre, pois era paga ao padre que vinha do Crato para celebrá-la) e o corpo era retirado do esquife e enterrado pelo coveiro.

7.5 VESTUÁRIO E CALÇADO

Em aldeia de costumes simples, as roupas de trabalho, compostas por camisas e calças largas, eram usadas numa base diária. As mulheres usavam blusas e saias rodadas, por vezes apanhadas com alfinetes de dama, e meias até ao joelho, pois não era moralmente aceite mostrar a perna. Usavam ainda o cabelo apanhado em carrapitos e lenços na cabeça, bem como chapéus de palha ou, mais antigamente, um tipo de chapéu preto, «com badalos» que era feito por aldeões.

Havia o costume de os homens bordarem canudos ou outros objetos para as namoradas.

Geralmente, cada pessoa possuía algumas roupas mais cuidadas ou, pelo menos, limpas, que eram usadas aos Domingos (único dia de descanso) e em dias festivos ou de missa.

O calçado era feito na aldeia, onde havia sapateiros: «era atanado e sola de borracha ou de couro, do que se queria e podia».

7.6 SABERES LOCAIS SOBRE O EDIFICADO E OS SEUS USOS

Existem ainda, na aldeia, as ruínas do «Pisão antigo», na parte mais antiga da aldeia, constituída atualmente por algumas casas, a maioria em ruínas, cercas e currais para gado, junto à Ribeira da Seda. Diz a tradição local que naquele sítio em tempos antigos se lavavam as lãs, pois era necessária muita água, a qual era ainda aproveitada para regar as hortas que ali se instalavam.

O forno comunitário terá sido construído em data incerta, muito embora alguns moradores aleguem que poderá ter cerca de 300 anos, tendo laborado sempre, esporadicamente, até ao ano de 2022. Não obstante, a sua utilização terá sido mais reduzida depois de se instalar na aldeia a padaria.

Ali se fazia o pão e bolos para dias festivos, como casamentos. Nestas alturas era também utilizado para cozinhar as carnes para os convivas.

A intervenção das autoridades oficiais na aldeia é relativamente tardia. Os empreendimentos camarários eram quase nulos. Situação que só teve alteração significativa no pós- 25 de Abril. A primeira obra pública, segundo João Farinha, terá sido a construção de um pontão em 1934, que permitiu aproximar os conjuntos habitacionais separados por um ribeiro. Mas já a ponte sobre a Ribeira da Seda, a Oeste da aldeia, foi obra dos aldeões, tendo sido construída em 1950 com «os dinheiros resultado de peditório entre o próprio Povo». Quase toda a população trabalhava no campo, havendo necessidade de passar regularmente a ribeira de Seda. Em virtude das cheias, por forma a trabalhar e ganhar o seu sustento, esta obra tornava-se essencial.

Estes empreendimentos comunitários/públicos, assim como a abertura de vários estabelecimentos comerciais nas décadas de 1940 e 1950 dão nota do crescimento populacional. Fruto do mesmo, a necessidade de águas tornava-se crítica, pelo que as três nascentes naturais tornavam-se escassas. Em tempo de secas, era o poço da aldeia vizinha, do Monte da Velha, que lhes valia. Por isso, em 1957 a Câmara presidida por Sá Nogueira manda construir um depósito de águas, na nascente da Feiteira, a leste da Aldeia, na outra margem da Ribeira. A partir daí a água foi canalizada para um marco fontenário, colocado no largo do Povo, hoje conhecido por Largo da Fonte.

Mais tarde, em 1988 construíram-se duas novas fontes: a fonte nova e a fonte bela. A primeira junto à zona de lavadouro das roupas do «povo de cá» e a segunda junto ao forno comunitário, para os de lá, do «povo de baixo». Junto à fonte Nova edificaram-se lavadouros públicos. Um pouco acima, numa área de antigo curral, criou-se um parque de estacionamento, assim como WC público e anexos para a guarda de material do povo e para as Festas. Estes, juntamente com a capela, construída em 2003, são das últimas obras públicas. No final da década de 1950, a modo de outros exemplos, construiu-se também a «Casa do Povo», obra pública marcante do Estado Novo. Na prática funcionou como posto médico.

No pós-25 de Abril a aldeia é alvo de vários melhoramentos. O caminho de acesso à estrada nacional, entre Crato e Portalegre, foi construído em 1954, mas só em 1979 é que foi alcatroado. Na mesma altura é feito o saneamento básico. Em 1984 chegou finalmente a tão desejada luz elétrica. Também nos anos de 1980 se pavimentaram as ruas. Sente-se na população, o sentimento de «esquecimento» pelas entidades oficiais. População que, juntamente com o Monte da Velha, era cunhada no Crato pelos «os dos matos».

Um último apontamento para o Café Chumbinha. O café da moda, para a geração dos anos de 1950-1960. Aí chegaram a ter lições de patinagem. No seu sobrado havia festas. E no seu sobrado anos mais tarde, depois do fecho da escola no Monte da Velha, lecionaram-se aulas aos alunos do ensino primário. Hoje o edifício é da Junta de Freguesia, serve para reuniões e abre esporadicamente. E a sua função escolar pouco tempo durou, tendo terminado à cerca de uma década atrás.

Para a construção das casas e trabalhos mais técnicos eram contratados pedreiros profissionais, das aldeias mais próximas, mas os pequenos trabalhos de construção e manutenção eram feitos pelos próprios moradores, que também caiavam as suas casas todos os anos (por altura da festa das Mártires) e faziam as pinturas necessárias, reparações de telhados, etc.

A estrutura das casas contava, geralmente, com chão de lajes de lousa ou cimento (mais antigamente só de lajes) e telhados de telhas de canudo ou telha mourisca, suportados com travejamento de madeira. As casas mais antigas tinham paredes de pedra e argamassa, com tetos de madeira.

Nos inícios do século XX as casas eram pequenas, com poucas divisões, mesmo aquelas que eram habitadas por famílias numerosas, sendo a regra ter duas divisões. Poucas tinham sobrado, um piso de madeira, que podia servir para dormir ou para arrumos diversos. Não tinham casas de banho, sendo habitual a utilização do penico. Depois dos anos 60/70 do século XX, as casas renovadas passaram a ser maiores, construídas em tijolo, com placa de cimento, cobertura de telha e chão de mosaico cerâmico ou em cimento afagado / betomilha. Atualmente, estima-se que mais de 30% das casas têm dois pisos e mais de 80% têm quintal. Segundo a informação recolhida, depois dos inícios dos anos 60 do século XX, não se construíram casas da fundação, só renovações.

A compartimentação interior incluía sempre uma zona de estar, com lareira e cozinha, onde se convivia e serviam as refeições. As restantes divisões eram os quartos de dormir.

No centro da aldeia, onde atualmente se encontra o largo e a capela, existia apenas um curral, com oliveiras, cercado por uma parede construída de pedra solta, que era utilizado como lixeira, sendo ali que as pessoas despejavam os dejetos e restante lixo.

O mobiliário destas casas, em inícios do século XX, era simples e escasso. Nos quartos existiam camas de ferro ou «esteiras de bunho da ribeira» com colchões cujo enchimento era

de palha, de camisas de milho ou de tecido cortado aos pedacinhos (de roupa descartada), bastante duros, designados por «enxergões», e arcas de madeira para guardar as roupas. Na zona de estar havia uma mesa e cadeiras de madeira (por vezes com revestimento de bunho) para refeições, um móvel de cozinha ou louceiro onde se guardavam as loiças e outros utensílios e um banco de madeira, normalmente corrido, encostado a uma parede. Havia ainda lavatórios de ferro e um penico para a higiene dos moradores. As louças eram de barro, vendidas por louceiros do Redondo ou Flor-da-Rosa que vinham à aldeia. Panelas e caçarolas eram colocadas sobre trempes para irem ao lume feito nas chaminés ou lareiras e os tarros eram usados para conservar os alimentos quentes. A água armazenava-se em bilhas de barro e bebia-se com gonchos, feitos de cortiça. Água que era recolhida em nascentes naturais de água. Na zona alta, no poço das safras, no povo de baixo na fonte do massamil (do outro lado da ribeira), e na zona leste à fonte da feiteira, também do outro lado da ribeira.

Após a década de 60 do século XX houve uma melhoria notória no mobiliário, que passou a ser mais variado, com mobílias próprias de cozinha e de quarto, nomeadamente roupeiros com espelho. A louça também passou a ser de alumínio ou esmalte para além da tradicional, em barro. Algumas famílias tinham louça em faiança usadas em momentos especiais e/ou como decoração, sendo expostas para serem vistas.

A iluminação das casas era feita através de candeias, constituídas por rolinhos de pano embebidos em azeite. Posteriormente surgiram os candeeiros de vidro, a petróleo. Com o aparecimento do petróleo surgiu a possibilidade de iluminar as ruas da aldeia através de candeeiros que eram cheios de petróleo e à noite eram acessos pelo Tio José Gonçalves, já nos finais da década de 1950, anos de 1960. A eletricidade só chegou nos inícios dos anos 80, sendo os poucos eletrodomésticos existentes, em particular nas tabernas, de bateria, carregadas no Crato.

7.7 SABERES LOCAIS SOBRE GASTRONOMIA E PRATOS TÍPICOS

A maioria da população praticava uma alimentação bastante deficiente em termos nutricionais e com pouca variedade, baseada em produtos locais, provenientes das hortas, que variavam consoante a época do ano. Comia-se pouca carne e as refeições eram simples, à base de sopa (muitas vezes com couves e feijão) e pão, por vezes acompanhado de enchidos de porco. Na altura da matança do porco, criado localmente, comia-se a carne e sopas de cachola, torresmos fritos, febras grelhadas e «papa ratos» – prato feito com a massa com que se faz a farinheira. A carne era conservada em salgadeiras e os enchidos curados ao fumeiro. Praticava-se também alguma caça e eram criados outros animais para alimentação, tais como galinhas, patos e coelhos. Outros produtos alimentares seriam comprados nas mercearias da aldeia e, excecionalmente, no Crato ou em Portalegre caso alguém precisasse de se deslocar até estas cidades. Estes hábitos foram-se alterando de forma significativa, à medida que as condições de vida foram melhorando.

Nas alturas festivas fazia-se arroz doce, bolos de azeite e filhós. No Verão era habitual comer gaspacho, feito com água fria. Comiam-se também azeitonas, açorda com ovos, toucinho cru, morcela, farinheira, carne salgada e migas com toucinho frito.

As duas refeições principais seriam o almoço (geralmente entre as 10h/11h ou entre as 11h e as 12h) e o jantar, que eram momentos em família, geralmente junto à lareira, onde as mulheres da casa cozinhavam (muito embora também houvesse homens a fazê-lo). Por vezes, quem trabalhava os campos fazia as suas refeições no local, sendo fornecidas pelas herdades onde trabalhavam.

Eram confeccionados alguns pratos especiais, tais como ouriço e pernas de cágado, considerados petiscos na aldeia. Fazia-se também sopa de peixe, alhada de cação, ensopado, sopa de sarapatel (feita com sangue, fígado e bofe) e cozido da matança do porco. Na Páscoa fazia-se foliar, sopas de miúdos e borrego ou cabrito assado ou em ensopado. No Natal havia bacalhau com couve ou polvo, borrego ou cabrito. Nos casamentos faziam-se ensopados, carne de ovelha, borrego e cabra, sopas de serrabulho e arroz doce. Também eram feitos bolos fintos para oferecer aos convidados.

As refeições comunitárias, muitas vezes no recinto da feira, eram confeccionadas pela pessoa mais velha, embora também se fizessem por vezes, aos Domingos, sopas de peixe junto à ribeira, em que os homens participavam, pescando ou cozinhando. Os peixes maiores eram utilizados para a sopa e os peixes pequenos eram fritos. Casamentos e Batizados também contavam com comida confeccionada por alguém com mais experiência, tal como a senhora Maria Antão.

8 RESISTÊNCIAS E MUDANÇAS

«Todo o passado e futuro são criados e derivados daquilo que é sempre presente»

Santo Agostinho (ca. 354 d. C. – ca. 430 d. C.), Confissões.

Até meados do passado século, nas zonas rurais o estilo de vida era facilmente compreendido pelo «continuum» inalterado entre a produção agrícola, o ambiente e o sítio. É seguro que a progressiva aceitação das pequenas mudanças, quando olhadas na longa duração, acaba por criar uma dinâmica de transformação irreversível, contribuindo para o sentido de identidade do local e do povo.

Aqui tratou-se de enunciar aspetos da vida comum das gentes desta aldeia, que permitem mostrar uma realidade paralela a outras do mundo rural português, em particular, do Alto Alentejo, mas com usos e hábitos próprios, criando-se os elos sociais necessários para ultrapassar as dificuldades que a vida continha. Significativamente, a partir do final dos anos 50 do século XX, vão surgindo mudanças que, pouco a pouco, e de forma mais acelerada nas últimas décadas, esvaziaram a aldeia de gente, definiram novos modos de vida e contribuíram para uma vida mais desligada da comunidade.

Trata-se de um processo que, ainda assim, encontra resistências, mantendo-se a tradição da Festa de Nossa Senhora das Mártires. Existe o madeiro de Natal e Ano Novo. Existe a reunião de alguns moradores nos bancos do parque de estacionamento ou no Café Central.

Não deixa de ser evidente a justaposição do individual versus o coletivo. Esbate-se o espírito de irmandade, da carolice coletiva e do amor entre a comunidade. Novas possibilidades se abriram, a maioria da população saiu. O crescimento verificado desde oitocentos a meados do século XX muda rapidamente para uma sangria populacional. Cerca de metade da população emigra para outros pontos do país, em particular para a área de Lisboa e para a Marinha Grande. Novos estímulos «entram pelos olhos adentro», trazidos pelo desenvolvimento global, fomentados pela redução do tempo-distância, com novos e melhorados meios de transporte e comunicação. A estrada alcatroada, a eletricidade, a água canalizada, as melhores vias de acesso (e saída), a internet e o novo mundo virtual...

A povoação que sai muda, em resultado dos novos contextos, mas a anterior já não é a de hoje. Fruto das transformações políticas, em particular no pós-25 de Abril, há um aumento do nível de vida. Os pais deixaram de ser o modelo a reproduzir, pelo contrário, representam a antítese. Existem novas e diferentes profissões. Existe Estado Social. A formação escolar e profissional passa a ser um objetivo. Também na aldeia que fica novas aspirações se criam. Em seu efeito a diminuição populacional não cessa.

O percurso que esta aldeia percorre entronca numa profunda transformação das respetivas comunidades. No final deste processo, que resultou na aldeia de hoje, as estruturas sociais e

económicas sofrem um abalo profundo, cujos jargões mais qualificados para o definir poderão ser «nacionalização» e «mundialização». Consegue-se comunicar com maior facilidade com o mundo exterior, mantendo-se laços de uma forma diferente, e constroem-se novos hábitos necessários: novas mobílias, novas comidas, novos hábitos higiénicos, novos espaços e novos consumos. O espaço muda, torna-se mais restrito, mais fechado, num evoluir agarrado ao passado, que mantém o bem receber.

A memória coletiva periga. Ela foge das novas gerações, nascidas já noutro mundo. As do antigo aperceberam-se do sistema limitado em que viviam, mas lamentam a comunhão que se perdeu. A comunidade passa a reproduzir-se de uma forma diferente. Os costumes, as tradições de uma terra, a paisagem de uma região, a música e os cantares das gentes, vindos desde tempos antigos, muda de forma profunda, por vezes cessa. Aqui, as festas dos Mártires, a aldeia e sua memória são a última «Lei» deixada do tempo passado. A barragem será a página final deste local. Resista a memória.

9 BIBLIOGRAFIA E FONTES DOCUMENTAIS

9.1 ARQUIVO DISTRITAL DE PORTALEGRE

Testamento de Leonor Carvalho Mulher de Sebastião Pinheiro do Monte Pisão Termo da dita Vila. In Provedoria da Comarca de Portalegre, Tombos de capelas e morgados, 1713.

Testamento de Sebastião Dias Pinheiro do Monte do Pisão Termo da Dita Vila. In Provedoria da Comarca de Portalegre, Tombos de capelas e morgados, 1713.

Treslado do Testamento com que faleceu o Padre Diogo de Almeida. In Provedoria da Comarca de Portalegre, Tombos de capelas e morgados, 1700.

Fazenda pertencente ao vínculo de Sebastião Dias Pinheiro. In Provedoria da Comarca de Portalegre, Tombos de capelas e morgados, 1700.

Obrigação e fiança de Maria Dias viúva de João Lourenço do Monte da Velha à entrega dos menores seus filhos. In Provedoria da Comarca de Portalegre, Tombos de capelas e morgados, 1700.

9.2 MONOGRAFIAS E PERIÓDICOS

BELL, Judith (1993), Como realizar um projecto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação, Lisboa, Gradiva.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp (1994), Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos, Porto, Porto Editora.

COUTO, Mia (2008), Vozes Anoitecidas, Lisboa, Editorial Caminho.

CUTILEIRO, José (1972), «Ricos e pobres no Alentejo: uma análise de estrutura social», *Análise Social*, Vol. IX (2.º), n.º 34, pp. 265-292.

FARINHA, João (2016), Memórias sobre os povoados do Pisão e do Monte da Velha, texto policopiado.

FREIRE, Dulce (2004), «Os baldios da discórdia: as comunidades locais e o Estado», *Mundo Rural, Transformação e Resistência na Península Ibérica (Século XX)*, Lisboa, Edições Colibri / Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, pp.191-224.

HARVEY, David (2001), *Spaces of Capital: Towards a Critical Geography*, New York, Routledge.

LUDKE, Megan; ANDRÉ, Marli (1986), *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*, São Paulo, EPU.

MOUTINHO, Mário (1979), *A Arquitectura Popular Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando (2003 [1992]), *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote.

PEREIRA, Luís A. T. (2010), *Aldeia da Luz: O Passado e o Presente*, Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura, Lisboa, FAUTL.

PLATÃO, Crátilo: diálogo sobre a justeza dos nomes (trad. port.), versão do grego, prefácio e notas pelo Pe. Dias Palmeira, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1963.

POPPER, Karl (1999), *O mito do contexto: em defesa da ciência e da racionalidade*, Lisboa, Edições 70.

PURIFICACÃO, João Guerreiro da (2000), *A Nossa Terra*, Lisboa, Há Cultura/Associação de Amizade à Infância e Terceira Idade de Aldeia da Mata.

RIBEIRO, Orlando (1945), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra, Coimbra Editora, 1945.

RIBEIRO, Vítor (2010 [2008]), «Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão», *Materiais, Sistemas e técnicas de construção tradicional*, Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão, S.M. Feira, Afrontamentos, pp.30-35.

RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo (1989), *Guia artístico do Crato*, Crato, Câmara Municipal.

SANTO AGOSTINHO, *Confissões*, trad. e notas de Arnaldo do Espírito Santo, João Beato e Maria Cristina C.-M. S. Pimentel, introd. de Manuel Barbosa C. Freitas, ed. Bilingue, Lisboa, Centro de Leitura e Cultura Portuguesa e Brasileira/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

SCHIFFER, Michael Brian (1988), «The Structure of Archaeological Theory», *American Antiquity*, vol. 53, nº 3, pp. 461-485.

SUBTIL, Manuel (2001), *Vale do Peso: História e Tradição*, 2ª edição ampliada, Coord. Joaquim



Rua do Mar da China, 1 - Escritório 2.4 • Parque das Nações, 1990-137 Lisboa • Portugal
Telefone (+351) 21 752 01 90 • Fax (+351) 21 752 01 99 • E-mail geral@aqualogus.com
www.aqualogus.com